

Vara comandada por Bretas não sabe quantos imóveis administra

17/09/2020

A 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, comandada pelo juiz Marcelo Bretas, já apreendeu centenas de imóveis na operação "lava jato". Porém, não consegue informar o número preciso de bens nem quantos estão sob administração do juízo no momento.

Reprodução/Instagram



Marcelo Bretas ordenou buscas e aceitou denúncia contra advogados no mesmo dia
Reprodução/Instagram

Em julho de 2019, a 7ª Vara Federal Criminal do Rio informou que, em 25 desdobramentos da "lava jato", havia apreendido 699 imóveis, além de navios, aeronaves, joias e R\$ 1,7 bilhão.

A **ConJur** perguntou à Justiça Federal no Rio quantos imóveis foram apreendidos por ordem de Bretas e quantos estão sob administração da 7ª Vara Federal Criminal. A assessoria de imprensa do órgão disse que não poderia precisar o número. "Em contato com a 7ª Vara Criminal nos foi informado que, infelizmente, não há possibilidade para a realização do levantamento no momento", disse o órgão. O Ministério Público Federal também informou que não conseguiria apontar o dado.

Bretas **ordenou** a execução de 50 mandados de busca e apreensão, no maior ataque coordenado contra a advocacia no país. Segundo especialistas, a operação tem **erros** de competência e de imputação de crimes.

Nesta quinta-feira (17/9), o Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES) **concluiu**, por 12 votos a 1, que Bretas praticou os atos de superexposição e autopromoção e o condenou à pena de censura.

Os magistrados entenderam que, ao participar de eventos ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos), o juiz demonstrou uma desnecessária proximidade com políticos, comprometendo sua imparcialidade com magistrado.

Administração judicial

Administrador de bilhões em valores e bens apreendidos, Bretas tem se ocupado, sozinho, de alugar imóveis, leiloar veículos e destinar dinheiro para a polícia, por exemplo. Enquanto zela pelos bens, Bretas ainda tem de decidir sobre o futuro de réus de renome. E tem caído em [contradições](#) ao adotar penas até 350% diferentes em relação a condutas idênticas, a depender do réu.

Cuidar dos bens de uma clientela abastada tem ocupado o tempo do titular da 7ª Vara Federal, que despacha até sobre os aluguéis de cada um dos imóveis confiscados. O apartamento da família Cabral no Leblon, por exemplo, foi [alugado por R\\$ 25 mil ao mês](#), indo R\$ 19,6 mil mensais para o proprietário, R\$ 5,4 mil para o condomínio e R\$ 700 anuais para o IPTU, contou o jornal *O Globo*.

Em junho de 2018, ele disponibilizou, para o Gabinete de Intervenção Federal no Rio, R\$ 1,132 milhão do dinheiro sob os cuidados da vara, para que fossem comprados equipamentos para a Polícia Civil do estado — do que a própria Justiça Federal se ocupou, segundo o jornal *Extra*.

No mesmo mês, o Centro Cultural da Justiça Federal pediu ao juiz, para custear uma mostra, R\$ 18,3 mil dos valores recuperados pela "lava jato". Ao ser informado, o presidente do TRF-2, André Fontes, censurou a atitude. À **ConJur** ele disse ter como "princípio intransigível o de que não é possível à administração receber recursos oriundos das partes das ações em tramitação ou julgadas pela Justiça Federal da 2ª Região".

Além dos valores apreendidos, a conta judicial da vara recebe depósitos de multas impostas em condenações e do pagamento de fianças por réus com prisão preventiva decretada. O banqueiro Eduardo Plass, por exemplo, preso em agosto de 2018, [pagou R\\$ 90 milhões](#) para ser solto. Plass é acusado de participar do esquema de ocultação de bens de Sergio Cabral, diz o portal *G1*.

De Eike Batista, o juiz bloqueou outros [R\\$ 900 milhões](#) em investigações da "lava jato". Em 2016, Bretas já havia bloqueado [R\\$ 1 bilhão](#) de Sergio Cabral, da multinacional Michelin e de seus executivos, devido a acusações de concessão ilegal de incentivos fiscais.

Os funcionários da 7ª Vara Federal do Rio não suportaram tamanho grau de envolvimento na administração dos bens e o juiz [pediu](#) à Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em maio de 2018, um reforço no quadro. A ideia é criar um setor específico para gerir os imóveis de investigados na "lava jato".

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-set-17/vara-comandada-bretas-nao-sabe-quantos-imoveis-administra/>